



O APAGAMENTO CULTURAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS A LUZ DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mario Guilherme De Oliveira

Mestrando em História, UNICAP

mario.guilherme2016@hotmail.com

Orientador: Paulo Henrique Fontes Cadena

RESUMO

Numa pesquisa sobre nossos antepassados, em geral, não conseguimos encontrar com facilidade informações ligadas à sua árvore genealógica, contudo, os resultados passíveis de consulta variam dependendo da história e do local de origem ancestral averiguados, e, isso, se intensifica devido ao apagamento histórico das raízes das primeiras civilizações que residiam no Brasil, antes da colonização. Desde a chegada dos colonizadores no século XV e com eles a vinda de diferentes povos, ocorreu um processo de mescla cultural entre os povos originários, colonizadores e pessoas escravizadas, sendo esse evento trans temporal, um dos elementos mais significativos e gerador do enfraquecimento das identidades dos povos originários. Por essa razão, as gerações atuais não têm acesso a composição original da identidade indígena, que fora destruída e suprimida a força, numa tentativa de extinção do que foi considerado por muito tempo cultura selvagem. Hoje podemos ver um brando na linha do tempo que traz consigo toda a história originária de povos que lutaram para não serem apagados e retirados de suas terras e de suas marcas a um simples dia comemorativo. A rivalidade entre indígenas e brancos ainda é visível, em especial, nas disputas que insistem em negar a legitimidade das reservas indígenas. Nesse sentido, este trabalho visa por meio de escritos, entrevistas, documentários e dos métodos quantitativo e bibliográfico, esclarecer, estudar e entender o motivo do apagamento cultural dos povos originários do Brasil pelo domínio português e do capitalista extrativista desordenado que insiste em negar os direitos adquiridos pelas comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliografia natural; Antepassados; Apagamento Histórico e Cultural.

1: DA INVASÃO AO RESSURGIMENTO

Naturalmente é preciso falar sobre o abalo temporal antes da movimentação e entender por que essa luta se torna necessária já que a colonização portuguesa iniciou no Brasil com o processo de miscigenação e sobreposição de crenças e identidades históricas. Na mesma medida que a invasão e a colonização avançaram, o modo de vida dos nativos tornou-se ameaçado diante dos esforços portugueses para a catequização e instrução pretendidas, fazendo com que toda uma civilização se submetesse aos pés de seus “algozes torturadores”. Aspectos culturais, a aparência física dos habitantes nativos e a religiosidade são alguns dos pontos que Caminha destacou em sua correspondência à corte portuguesa. O significativo registro deste primeiro contato demonstra que embora desconhecidos um ao outro foram feitas algumas aproximações, em alguns momentos com certa dose de espanto, até que aos poucos lograram estratégias eficazes para convencer os indígenas de abrirem-se a novidade que foi o processo civilizacional. Whitman (2015, p. 154) analisa esse primeiro movimento de aproximação “como um flerte, quando se age, apesar da insegurança do desconhecido”; e continua: “é um momento de dar-se a conhecer”, apesar das impressões construídas mutuamente tenderem a não corresponder fielmente com a realidade.



Chegada dos portugueses – pintura desconhecida reproduzida artificialmente

Olhando para a colonização do Brasil, é perceptível a invisibilidade do índio durante o processo. A começar pela gênese do descobrimento, quando a posse do

território foi concretizada mesmo em face da presença de habitantes aqui radicados anteriormente. E o desenrolar da história do Brasil não mudou esse quadro. No livro *A temática indígena na escola*, Funari e Piñon (2016, p. 110), creditam à “associação do índio com a floresta”, distante do convívio com a sociedade, o desconhecimento e a desvalorização da cultura ancestral desses povos e, por conseguinte, a sua condição de invisível perante a sociedade, que sempre existiu tendo logo um maior enfoque em meados do século 16 ao 21 (1540 até nossa atualidade) pois mesmo que o estatuto das leis Nº 6.001, De 19 De Dezembro De 1973, lei N 10.639/03, lei Nº 11.645/08 que incluem, dignificam e trazem foco ao povo originário que permanecia afastado de seu próprio espaço cultural e religioso.

Pois o colonizador não via humanidade na vida nativa apenas mais um objeto de trabalho e um objetivo a ser superado para o que eles acreditavam ser a evolução e colonização, que no final tomou a vida e as almas dos povos originários que lutaram e morreram por tantos anos para serem reconhecidos, logo alguns representantes desse movimento com muito arrojo conseguirão trazer o foco para os povos indígenas e seus direitos mesmo não sendo o ideal almejado.

2. DO ETNICÍDIO AO APAGAMENTO

Pelo enfoque passado envolto em descaso os povos originários trazem esse semblante assustador que denota o quão foram hostilizados e deixados à mercê da sorte acarretando a dissolução de várias tribos e povoados o que forma o claro etnocídio

Etnocídio é um conjunto de práticas que busca, através da “integração cultural”, retirar/ negar o pertencimento da pessoa indígena a sua língua, saberes, modos de vida, à sua identidade étnica. O objetivo é que, uma vez “integrado”, homogeneizado, o indígena deixe de ser o que é. É, portanto, uma das principais formas de extermínio e negação das vidas indígenas (BANIWA, Gersem, 2011).

Casé Angatu Tupinambá sublinha que “o etnocídio é a negação da nossa existência ao afirmar que, para ser índio ou quilombola, é preciso que as pessoas vivam como no século XVI” (TUPINAMBÁ, p. 2019). Há, em decorrência disso, toda uma construção etnicida e racista de que populações indígenas atrasam o desenvolvimento do país tornando nosso nhandereko¹ alvo de constantes ataques

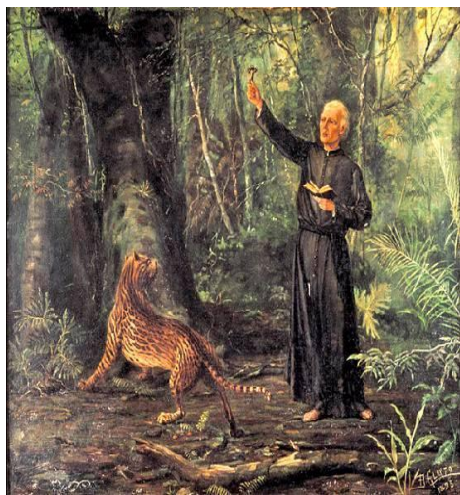
¹ Nhandereko é nosso modo de vida, ele inclui cosmovisão, hábitos alimentares, espirito

2.1. O INÍCIO DO PROCESSO DE APAGAMENTO

Essa conjuntura começou quando os europeus trocaram os povos originários pelos negros a coroa só autorizava a escravidão indígena por meio da guerra justa. Com a vinda dos negros africanos para o trabalho escravo, e tendo-se em vista a lucratividade do tráfico negro, a escravidão indígena foi sendo deixada de lado a crise do comércio de especiarias e a ameaça de invasão por parte de piratas ingleses e franceses fizeram com que Portugal investisse definitivamente na posse e na exploração do Brasil. Ao contrário dos espanhóis, que encontraram ouro nos primeiros anos de colonização da América, os portugueses não tiveram a mesma sorte.

O comércio do pau-brasil gerava algum lucro, mas não o suficiente para a Coroa portuguesa. Os colonizadores tentaram aproximar-se dos índios, para que estes se tornassem seus aliados e, logo depois, escravizados. Os índios colaboraram com os portugueses na expulsão de estrangeiros que tentaram invadir o Brasil, por sua vez os padres jesuítas tiveram papel importante na cristianização dos colonos e na catequização dos índios. O Padre José de Anchieta aprendeu a língua tupi-guarani e foi o primeiro a fazer um dicionário sobre ela. Ele se utilizava de poesias e apresentações teatrais para evangelizar os índios, nesse cerne podemos destacar que as causas da escravidão indígena estão ligadas principalmente ao propósito dos portugueses em colonizar o Brasil. Ao contrário do que houve na América do Norte, os colonizadores portugueses não deixaram seus reinos morarem aqui. Eles vinham apenas para explorar as riquezas do Brasil. A única mão de obra disponível era a indígena, porém os indígenas não lhe era habitual trabalhar em grande escala com materiais pesados e densos.

José de Anchieta tentando catequizar uma onça - Foto: Pintura de Benedito Calixto



alimentares, espirituais, formas de se relacionar com a terra, águas e animais.

Os colonizadores utilizaram-se de ameaças, da força física e da propagação de doenças para forçar os índios, nesse sentido muitos índios fugiram para o interior do Brasil, evitando ser escravizados. O fracasso da escravidão indígena fez com que os portugueses optassem pela escravidão negra oriunda da África. Logo a coroa portuguesa teve mais prejuízo do que benefício com a escravidão indígena. A fuga para regiões mais distantes, a indisponibilidade para o trabalho intensivo exigido pela Coroa e a presença jesuíta na defesa dos índios fizeram com que os portugueses repensassem formas de mão de obra para a lavoura de cana-de-açúcar. A escravidão africana mostrou-se lucrativa e mais vantajosa do que a indígena.

Recordando que ao investigar o apagamento a partir da invasão até as mais atuais repercussões do meio indígena, é preciso se atentar aos meios de se fazer história. As ideias de ambos convergem na visão de que a técnica faz parte da prática do historiador. O nosso historiador realça que as maneiras de se fazer História e as técnicas por ela empregadas vão variar devido aos distintos contextos culturais, que cada sociedade poderia vir a possuir (CERTEAU, 1982, p. 78) A história dos povos indígenas do Brasil no contexto da civilização brasileira é uma história de opressão, perseguição, degradação e genocídio.



"Índios soldados da província de Curitiba escoltando outros índios prisioneiros nativos", tela de Jean-Baptiste Debret

3: OS MOVIMENTOS INDÍGENAS

A história dos povos indígenas do Brasil no contexto da civilização brasileira é uma história de opressão, perseguição, degradação e genocídio. Os povos indígenas foram os primeiros ocupantes do território brasileiro, estando presentes há milhares de anos. No entanto, desde 1500, a partir da colonização portuguesa, os povos originários passaram a

ser perseguidos, combatidos, escravizados, massacrados, aculturados e expulsos de suas terras nesse contexto as décadas de 60 e 70 foram fundamentais para a mudança do cenário internacional dos direitos indígenas e o início das reverberações das lutas dos povos originários. Segundo ótica de Paula Caleffi, que utilizaremos de referencial teórico, até este período havia basicamente duas visões sobre o indígena: a primeira supunha que assegurar-lhes direitos representaria um atraso no progresso dos Estados Nacionais e na expansão do comércio; e a segunda, dava continuidade a luta de Bartolomeu Las Casas, que defendia os indígenas do tratamento cruel dado pela sociedade etnocêntrica colonizadora.



14º Acampamento Terra Livre, Brasília, abril de 2017

No entanto, estas duas posições seguiam pela vertente do inevitável desaparecimento dos povos indígenas pela integração à civilização. Quando os colonizadores invadiram a América do Sul, não enxergavam os indígenas como humanos, mas como simples “animais”, passíveis de domesticação. Portanto, para eles, matar índios não era um crime. No mesmo caso, na lógica do colonizador, nem o racismo condizia com tal ato, dado que para o racismo existir, deveria se ter um mínimo de reconhecimento da humanidade daquele que morreu ficando evidente o quanto o colonizador era indiferente enquanto a isso enquanto promovia a imagem de querer trazer a civilização e ao avanço ao mundo.

Essa realidade logo se faz presente desde a chegada dos portugueses até os dias atuais onde muitas tribos se veem reclusas para não sofrer o assédio da mídia que inviabiliza e transforma sua crença muitas vezes em algo estranho anormal exemplo mais visível a tribo Fulni-ô em águas belas, apesar de não proibir a entrada de visitantes essa

tribo os mesmos além que por conseguir manter viva sua religiosidade e ascendência não querem que intervenções externas afetem esse ritmo de vida O ano de 2000, quando foram realizadas comemorações pelos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, foi marcado por várias manifestações. uma delas foi a Marcha e Conferência Indígena, que deveria resolver importantes disputas internas a respeito das estratégias de encaminhamento das reivindicações, mas não conseguiu atender às demandas.

Esses movimentos foram de grande ajuda e incentivo para todos os indígenas da América Latina. Na década de 1960 a situação começou a mudar, embora lentamente. Em 1961 foi criado o Parque Nacional do Xingu, uma extensa área ainda selvagem onde viviam diversos povos, almejando a preservação das culturas originais.



Arte: Acampamento Terra Livre 2020 Por Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib

Outro movimento forte que surgiu no Brasil foi o movimento Terra Livre. O Acampamento Terra Livre é o evento em que povos indígenas de todo o País se reúnem para fortalecer a luta e a resistência do movimento indígena reforçando a necessidade da demarcação das terras indígenas, pede o fim da violência e decreta “Emergência Climática”, para enfrentar o racismo ambiental e as violações de direitos causadas pelas mudanças no clima, através desses movimentos muitos povos tomaram força e entendem seu lugar de direito e como lutar por isso infelizmente não da forma convencional mas sim pela lei do homem branco e por esse caminho conquistar suas terras e liberdade provando que ainda estão vivos e possuem um fogo ardente em suas veias que jamais se apagaram esse fogo se alastra por toda América Latina e como um único povo todos lutam pelos seus direitos.



Lula ao lado da liderança indígena Kerexu, pré-candidata a deputada federal por Santa Catarina / Mídia Ninja

4. A MUDANÇA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS

Infelizmente os povos indígenas seguem sendo sempre os primeiros homenageados e os últimos a serem reconhecidos principalmente na tomada de decisões políticas esse descaso é suficiente para gerar revolta e sofrimento, mas com sua identidade sempre em foco e líderes capazes os povos indígenas não perdem o foco da importância de suas batalhas e sua ancestralidade se permitindo ser controlado nem moldado a vontade do homem branco assumindo e buscando seu espaço pois os povos indígenas são indiscutivelmente os donos originais destas terras que aqui pisamos.

Ailton Krenak é uma das vozes que ecoam em favor da resistência indígena no Brasil. Em 1987, realizou um discurso impactante na Assembleia Nacional Constituinte, no qual pintou seu rosto com jenipapo em protesto à opressão sofrida pelas comunidades indígenas. Sua liderança resultou nos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, que garantem os direitos denominados originários, concedendo aos indígenas autonomia sobre suas terras tradicionais.

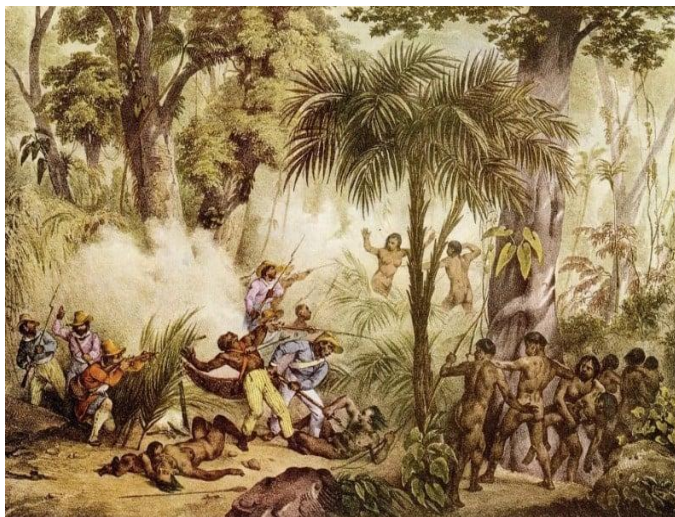


O indígena Ailton Krenak, que chamou a atenção de lideranças políticas e da opinião pública com um discurso contundente na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 (Hélio Carlos Mello/Divulgação).

Como destaca Maria da Glória Gohn As transformações que aconteceram no mundo nas últimas décadas e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou as demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento identitários e culturais ganharam destaque, ao lado de movimentos sociais globais.

Observando que na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas têm assumido não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua etc, esse cenário de pobreza e desigualdade trouxe aos povos originários não só a força, mas a vontade através da mudança pelo seu bem e pelo futuro dos mesmo, um evidente problema e o descaso dos governos para com os povos originários e suas demandas em não os ouvir e dar atenção de forma devida é necessário que mais e mais sejam vistos e escutados com calma para uma obtenção de direitos bem como as necessidades básicas que os indígenas suplicam a tanto tempo.

A direção do movimento indígena brasileiro é apontada por uma luta de gigantes, forças desiguais, desafios, ousadia, e somente o afinco e a resiliência foram capazes de alimentar essa luta, na tentativa de viabilizar alternativas ao modo como as políticas em relação ao índio eram praticadas, de terra arrasada, em razão das decisões estarem concentradas nas mãos de uma classe dominante, visivelmente contrária ao interesse indígena de fato os movimentos indígenas não lutam apenas pela apropriação de terras e sim pela vontade de serem ouvidos e não terem suas vidas findadas essas almas cansadas lutam pelo seu espaço e pela sua cultura.



Guerrilhas por Johann Moritz
Rugendas 1835. formas de resistência

Os povos indígenas continuam com sua marcha rumo a conquistas e busca de direitos, mesmo que a intolerância se intensifique, novas armas estão sendo manejadas e muito mais potentes no seu alcance do que o velho arcabuz ou o arco e flecha. Estamos falando das mídias sociais, armas mais rápidas que podem mostrar e mobilizar a sociedade e trazer a visibilidade mais que necessária.

5. GRANDES LÍDERES CRIAM PONTES E NÃO MUROS

Todos têm direito à educação digna, saúde de qualidade, moradia e qualidade de vida isso não exclui os povos originários, e preciso desmistificar essa noção de exclusão que sofrem esses povos que merecem respeito e visibilidade vide esse fato um dos povos que de destaca na proximidade das cidades grandes e que estão abertos a mudanças e evoluções são o povo Xucuru, liderados pelo cacique Marcos Xucuru esse povo milenar que habita as altas montanhas de Pesqueira em Pernambuco desenvolveu uma forma de superar diversas formas de interposição que surgiram com o tempo um dos mais reconhecidos atualmente ao lado dos Fulni'ó e Kapinawa, logo outro povo que vale destaque são os Kapinawá descendentes diretos, de índios que foram aldeados na Serra do Macaco ainda no século XVIII. Até o começo dos anos 80 não eram reconhecidos oficialmente como índios, ocupando de forma livre e tradicional as terras que se estendem entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, na área de transição entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco, no Vale do Ipanema, no sertão do Moxotó” (Palitot, 2002). Resultado desses conflitos foi a demarcação da área, que contemplou apenas uma parte do seu território tradicional.” Desde muito tempo conflitos entre os Xucuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989 com a morte de um importante líder em 1990.



Francisco de Assis Araújo Chicão
Cacique do Povo Xukurú desde
1986, assassinado 20.05.1998.

Duas vezes herdeiro de Xikão, maior liderança da história do povo Xukuru, assassinado em 20 de maio de 1998. O filho, acompanhou de perto o pai em um processo de reconquista do território que envolveu a rearticulação do povo historicamente perseguido.



Marcos Xukuru, liderança indígena de Pernambuco -
Foto: Arquivo Pessoal

Marcos Xukuru atual cacique tomou a liderança nas eleições de 2020, o indígena foi impedido de tomar posse em função de uma situação que o enquadra como “ficha suja”, embora ele não tenha participado do crime patrimonial que lhe foi imputado. Filho do cacique Xikão, líder assassinado em meio à luta pela demarcação do Território Xukuru em 1998, com 17.654 votos (51,6% dos votos válidos), ele foi o primeiro indígena eleito no estado — dominado pela oligarquia local, representante do agronegócio, há cerca de três décadas, a principal luta do cacique Marcos e pela evidência de seu povo e contra invasão de terras que acontece desde muitos anos a qual a oligarquia da cidade não permite mudar, restando assim ao líder Xukuru lutar pelos meios e formas que podem trazendo esses fatos aos olhos do espectadores sejam políticos que se compadecem até mesmo a população que participa da luta.

5.2 UMA LUTA QUE NÃO ACABA ENQUANTO O SANGUE ANCESTRAL FOR DERRAMADO

Observando que na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas têm assumido não apenas de resistência, mas também de luta por direitos:

reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua, esse cenário de pobreza e desigualdade trouxe aos povos originários não só a força, mas a vontade atrás da mudança pelo seu bem e pelo futuro dos mesmo, um evidente problema e o descaso dos governos para com os povos originários e suas demandas em não os ouvir e dar atenção de forma devida é necessário que mais e mais sejam vistos e escutados com calma para uma obtenção de direitos bem como as necessidades básicas que os indígenas suplicam a tanto tempo.



Xucurus descem a Serra do Ororubá todo 20 de maio, aniversário da morte de Xicão
- Foto: Renato Santana/Cimi

É um fator óbvio que a forma de se fazer história e variável principalmente de acordo com a estrutura narrativa traz consigo o cerne particular e objetivo da pesquisa, mas se nem isso e lúdico o suficiente basta apenas olhar para como os historiadores traçam seu caminho linear e transversalmente pelas eras acredito que avaliando em introspectiva a pesquisa que trago nos mostra não só o caráter ancestral dos povos originários como também o futuro fazendo uma clara alusão ao livro de Ailton Krenak o futuro ancestral que mostra que nosso passado está tão conectado ao futuro quanto o presente em si, é necessário provar não só essa semelhança cultural entre povos mesmo sabendo que somos apenas um povo, mas acima de tudo que aliada a história a escrita é, e poderosa aliada ela sempre será, a vida a cria, crescer ela faz, é a história que cerca-nos, e liga-nos pela escrita e através do conhecimento passado pelas gerações iluminando o presente para ser mais fácil talvez vislumbrar um futuro diferente.

6. Bibliografia

ANDRADE, L. E. A. de. POVOS INDÍGENAS, MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS E POLÍTICA DE GESTÃO TERRITORIAL: O CASO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 52, 2019.

CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CLASTRES, Pierre. *Do Etnocídio*. Paris: Universalia, 1974. In: CLASTRES, Pierre.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. In: *Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, n. 1, jun. 2010.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso*, v. 1, n. 1, p. 115-126. (2009)

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os históricos e fundação*. 3ª ed. ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2000.

GARCIA, Etelvina. *Manaus, referências da História*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Editora, 2005

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e uma nova Nova Fronteira*, 2013.

GUAJAJARA, Sonia. *Nós lutamos sim pela Funai inteira e não pela metade*.

<https://www.youtube.com/watch?v=5OqZNDV6Xnw&ab_channel=M%C3%ADdiaNINJA>. Acesso em: 28 janeiro. 2023

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um

KRENAK, Ailton. 2022. FUTURO ANCESTRAL. São Paulo: Companhia das Letras.

Maria da Glória Gohn (2009). Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

PALITOT, Estevão Martins & ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Relatório de viagem – Índios do Nordeste (AL, PE, PB). LACED/UFRJ. 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: professores. São Paulo: Contexto, 2016. Companhia das Letras, 2011.

WITTMANN, LUISA T. Ensino (d)e História Indígena. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015. v. 1. 154p.